

A VOZ DELAS: análise de discursos das representantes da ALEM no acervo audiovisual da CMBH (2001-2005)

Sus voces: análisis de los discursos de representantes de la ALEM en la colección audiovisual del CMBH (2001-2005)

Maria Ferraz^{1*}

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o acervo da série “Registros Audiovisuais de Eventos Diversos” da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) através de um estudo de caso. A partir da análise de alguns discursos realizados na CMBH por integrantes da Associação Lésbica de Minas – ALEM (1998-2014), buscou-se demonstrar a versatilidade desta documentação. A série, que se encontra sob guarda no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), dispõe de gravações de reuniões e eventos ocorridos na casa legislativa municipal. Por isso, contém registros de falas de diferentes lideranças políticas e sociais da cidade desde a década de 1970 até os dias atuais. O artigo objetiva, ainda, apresentar parte da trajetória da ALEM e analisar alguns dos debates políticos que envolveram a história deste movimento social.

Palavras-chave: Câmara Municipal de Belo Horizonte. Associação Lésbica de Minas. Arquivo.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la serie de “Registros Audiovisuais de Eventos Diversos” de la “Câmara Municipal de Belo Horizonte” (CMBH) a través de un estudio de caso. A partir del análisis de algunos discursos pronunciados en el CMBH por miembros de la “Associação Lésbica de Minas” – ALEM (1998-2014), se buscó demostrar la versatilidad de esta documentación. La serie, que se encuentra custodiada en el “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” (APCBH), presenta grabaciones de reuniones y eventos que tuvieron lugar en la casa legislativa municipal. Por tanto, contiene registros de discursos de diferentes líderes políticos y sociales de la ciudad desde la década de 1970 hasta la actualidad. El artículo también tiene como objetivo presentar parte de la trayectoria de ALEM y analizar algunos de los debates políticos que involucraron la historia de este movimiento social.

Palabras clave: Câmara Municipal de Belo Horizonte. Associação Lésbica de Minas. Archivo.

Introdução

Quando pensamos em documentos produzidos pelo poder legislativo, instantaneamente imaginamos projetos de leis, atas de reuniões, documentos de comissões, entre outros acervos que correspondem à função típica deste poder e que remetem a pilhas de documentos textuais. De fato, parte importante da atuação das casas legislativas está registrada nesses tipos documentais e é comumente acessada quando

^{1*} Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, trabalha no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em Convênio de Cooperação Técnica entre o APCBH e a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Endereço eletrônico: mariaferraz.hist@gmail.com.

pesquisadoras/es desejam saber as perspectivas e propostas de vereadoras/es e deputadas/os sobre determinado tema. Existe, entretanto, outro grupo de documentos, igualmente relevante, que, embora seja bastante explorado por jornalistas, talvez ainda possa ser melhor utilizado por historiadoras/es: as gravações audiovisuais das sessões e eventos ocorridos nas casas legislativas.

É fato que nem sempre este tipo de acervo está disponível para consulta. Algumas instituições disponibilizam apenas as notas taquigráficas² das reuniões, o que, evidentemente, constitui um tipo de documento completamente diferente das gravações audiovisuais. Entretanto, quando esses registros podem ser devidamente acessados, eles possibilitam não só ouvir/assistir ao pronunciamento de vereadoras/es e deputadas/os sobre determinados projetos e/ou situações, mas também analisar a participação de diferentes forças políticas nas instituições legislativas. Portanto, do ponto de vista histórico, nesse acervo de gravações, é possível escutar a voz de líderes comunitárias/os, dirigentes sindicais, especialistas técnicas/os, militantes, membros de governos, e uma infinidade de outras personalidades que fazem parte do debate público sobre determinado assunto em período específico.

Essas manifestações, de grupos sociais diversos, podem ser ouvidas ou vistas, especialmente, nas gravações das audiências públicas, eventos que, muitas vezes, simbolizam o incômodo da sociedade com determinado tema e a busca por espaço de fala junto ao poder público. Entretanto, outros tipos de eventos também podem trazer pronunciamentos de diferentes personagens sociais, como as reuniões especiais, as reuniões de comissões e, até mesmo, as entregas de homenagens. O importante é compreender como, a partir dessas gravações, é possível desenvolver pesquisas múltiplas sobre grupos, personalidades e debates públicos ao longo da história. A partir delas, é possível analisar um tema nacional ou local, de curta, média ou longa duração, focar nas/os legisladoras/es ou nas organizações civis, discorrer sobre políticas públicas e/ou a ação de movimentos sociais. Enfim, seja como fonte de pesquisa principal ou como documentação acessória, este tipo de acervo, presente nos arquivos das mais diferentes

² As notas taquigráficas são as transcrições dos discursos realizados nas casas legislativas. No caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por exemplo, os pronunciamentos são revisados e as notas disponibilizadas para o acesso público. Em acervos mais antigos da ALMG só é possível ter acesso às notas taquigráficas, não estão disponíveis as gravações das reuniões.

casas legislativas, possibilita explorar e analisar discursos de temas variados e em diferentes períodos históricos.

Buscando dar visibilidade a este tipo de fonte documental e apresentar abordagens possíveis para a pesquisa histórica, tenho como proposta, para este artigo, utilizar gravações em áudio de reuniões da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) para analisar a trajetória da Associação Lésbica de Minas (ALEM), primeira organização política e social da capital mineira voltada para a luta por direitos e igualdade das mulheres lésbicas. Partindo desta análise como exemplo, procuro, dessa forma, explicitar a relevância deste acervo para estudos sobre a história da cidade. Busco, ainda, contribuir para a divulgação dos estudos das lesbianidades como tema da historiografia e, com isso, elaborar um trabalho que se integra aos debates da história pública enquanto campo (SANTHIAGO, 2016).

Para facilitar a compreensão do artigo, o texto foi dividido em três partes com os seguintes temas: breve apresentação da trajetória da ALEM (1998-2014) e das suas principais ações; síntese do acervo de registros audiovisuais de reuniões da CMBH e suas características; e, por fim, a análise de alguns pronunciamentos da ALEM na CMBH. Ao final do texto, encerro com algumas considerações que buscam instigar leitoras/es e pesquisadoras/es a pensar sobre como estes documentos podem contribuir para o desenvolvimento de futuros estudos.

Antes de iniciar a discussão do tema, cabe uma observação em relação às terminologias utilizadas ao longo do artigo para designar pessoas e organizações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, entre outras. A sigla atualmente utilizada pelos movimentos sociais que trabalham com esta população é a LGBTQIAP+, que corresponde, justamente, às sexualidades/afetividades e gêneros listados anteriormente. Entretanto, as identidades mobilizadas por esta sigla estão inseridas em contexto atual e específico, não podendo ser tratadas de forma equivalente em outros períodos históricos. Por isso, ao longo do artigo, diferentes termos e siglas serão utilizados, de acordo com a época à qual fazem referência. Por exemplo, na década de 1970, as organizações que lutavam por igualdade e direitos para gays, lésbicas e travestis eram denominadas de “movimentos homossexuais”. No início dos anos 2000, falava-se nas organizações “GLBTs” (gays, lésbicas, bissexuais e travestis). A Parada do Orgulho LGBTQIAP+ era denominada, em 1998 quando surgiu, de “Marcha do Orgulho

Gay”. Ou seja, uma infinidade de termos que, apesar de parecerem confusos no texto, têm relação com a tentativa de não tratar de forma anacrônica as identidades e organizações sociais do passado. Em alguns casos específicos acrescento, ainda, notas de rodapé para que seja possível compreender algumas questões de época.

A trajetória da ALEM (1998-2014): alguns apontamentos

A história dos movimentos lésbicos no Brasil remete ao final da década de 1970 quando, a partir de uma cisão com o Grupo Somos (SP)³, surgiu o Grupo Lésbico Feminista de São Paulo⁴. Ao longo dos anos 1980, muitos dos movimentos sociais vinculados às temáticas homossexuais acabaram deixando de existir. A partir dos anos 1990, por outro lado, várias organizações voltadas para estes grupos se fortaleceram e se consolidaram. No caso das militâncias das mulheres lésbicas, muitas surgiram a partir de eventos nacionais. Foi neste contexto, de reorganização de forças políticas e de busca por ampliação dessas mobilizações no país, que surgiu, em 1996, o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). O evento, iniciado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), tinha como objetivo abordar as especificidades das vivências lésbicas e fortalecer a luta deste grupo social em diferentes partes do território nacional (CAMPOS, 2014, p.145). Para além disso, existia, por parte das militantes, a insatisfação com eventos mistos (de gays, lésbicas, bissexuais e travestis), em que o “lesbianismo” era pouco debatido.

Os SENALEs foram, portanto, importantes por incentivar o surgimento de organizações sociais de mulheres lésbicas em diferentes partes do país, entre elas, em Minas Gerais. Soraya Menezes, uma das fundadoras da ALEM, era sindicalista e estava no Rio de Janeiro (RJ) no momento em que ocorreu o I SENALE. Ao conhecer o evento e os movimentos lésbicos vinculados a ele, se interessou pela pauta e, em 1997, quando ocorreu o II SENALE em Salvador (BA), foi convidada a integrar a programação do

³ O Grupo Somos (SP) surgiu em 1978 e esteve em atividade até 1983. Foi o primeiro grupo de homossexuais a surgir com pautas políticas definidas. No início era composto majoritariamente por homens gays, entretanto, em 1979 surgiu em seu interior o Grupo Lésbico Feminista (LF).

⁴ A organização foi a primeira voltada para a pauta lésbica a ser criada no Brasil. Surgiu em 1979, ainda vinculada ao Grupo Somos (SP), e esteve em atividade até 1990. Teve, ao longo da sua história, vários nomes. Enquanto estava vinculada ao Somos, em 1979, era chamada de Facção Lésbico-Feminista (LF). Ao se tornar autônoma, em 1980, passou a ser o Grupo Lésbico-Feminista. Depois, Grupo de Atuação Lésbico-Feminista e, em 1983, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF).

encontro. A partir deste evento, decidiram pela organização do III SENALE em Minas Gerais. Tal situação culminou no surgimento da ALEM em 1998 (MACHADO, 2007, p.110). Em entrevista de história oral realizada com Soraya Menezes⁵, a fundadora do grupo retoma suas memórias sobre a importância do SENALE para a organização da ALEM:

(...) em 1996, aconteceu o primeiro Seminário de Lésbicas no Rio de Janeiro. Foi o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro que organizou este seminário. Foram várias mulheres de outros estados para lá. Nesse momento, eu estava participando de encontros sindicais no Rio e fiquei sabendo. E, logo em 1997, eu fui convidada para estar no II SENALE (segundo Seminário Nacional de Lésbicas), que foi em Salvador, e eu fui falar sobre as lésbicas nos espaços de poder. Porque, naquela época, eu já era presidente do Sindicato, e não é que eu era a única lésbica presidente de sindicato, com certeza existiam muitas, mas não eram assumidas. Tinha uma necessidade de se colocar uma pauta enquanto lésbica, não somente enquanto trabalhador, não somente de reivindicação de salário, mas de reivindicação da gente ser dona do nosso próprio corpo, não existia esse debate. E aí quando eu volto para Minas, já com a responsabilidade de tá trazendo o III Seminário Nacional de Lésbicas para cá, eu vim com muito medo e com muito temor porque eu era a única lésbica, em Salvador, de Minas Gerais. Então, tinha a responsabilidade de trazer um seminário daquele porte e eu estava sozinha ali. E aí me deu um calafrio muito grande. Mas, naquele momento, as lésbicas sentiram a necessidade de que fosse importante realizar um evento desse porte para além da visibilidade, para ajudar a organizar as lésbicas aqui em Minas Gerais. (...) então, dentro desse contexto, nós tivemos, dentro do SENALE (do III SENALE), a fundação da ALEM. Ali, tinham mulheres do interior, mulheres de vários lugares, e eu coloquei a necessidade da gente se organizar enquanto mulheres lésbicas. E tinham várias mulheres de alguns sindicatos, de algumas categorias, como professor, bancário. O pessoal da Saúde que foi em peso, né? Mesmo de outras cidades.⁶

A partir da perspectiva de Soraya Menezes, e de outras integrantes da ALEM (MACHADO, 2007), a realização do III SENALE foi, dessa forma, o momento de fundação do grupo que, em 1999, foi oficializado em formato de organização não governamental (ONG). A ALEM surgiu, portanto, no contexto de expansão dos movimentos GLBTs pelo país e em formato aproximado ao de outras organizações que nasceram no período (FACCHINI, 2002).

A partir da leitura das fontes documentais sobre este movimento social, inclusive nos acervos produzidos pela CMBH e pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais

⁵ Entre 2019 e 2021, realizei seis entrevistas de história oral com Soraya Menezes, durante o processo de escrita da minha dissertação de mestrado intitulada: “Em busca da visibilidade: o movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)”. Apenas a primeira foi realizada de forma presencial, todas as outras foram feitas via plataforma virtual (Google Meet ou Zoom). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

⁶ Entrevista pública de história oral realizada em 24/09/2019 com Soraya Menezes, fundadora da ALEM.

(ALMG)⁷, é possível identificar a importância da atuação de Soraya Menezes para o surgimento, manutenção e direcionamento da organização. Nesse sentido, para compreensão do contexto e dos valores (sociais e políticos) presentes nos pronunciamentos que analisaremos na terceira parte deste artigo, é imprescindível conhecer um pouco da biografia desta liderança.

Soraya Menezes nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1962. Formou-se em Magistério e como técnica em Enfermagem, profissão que exerceu durante parte considerável da sua vida. No início dos anos 2000, se graduou em Pedagogia e retomou o trabalho com a área de educação, deixando, portanto, a atuação em hospitais. Começou sua militância política ainda na juventude, dentro da Igreja Católica, fez parte da Convergência Socialista⁸, do Partido dos Trabalhadores (PT) e ajudou a fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) em Minas Gerais. Durante décadas, participou da luta sindical, chegando a ser dirigente do Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos de Saúde de Belo Horizonte (SINDEESS). Na atuação partidária e sindical, fez parte de segmentos das lutas feministas, dos movimentos negros e da população GLBT. Por fim, fundou, em 1998, a ALEM junto com sua companheira Suely Martins.

Esta diversidade de lutas e de perspectivas políticas se entrelaçam em seus discursos e aparecem nos pronunciamentos, de forma mais ou menos evidente, a depender do objetivo da fala. Pelas entrevistas de história oral, é possível perceber, no presente, a referência marcante e constante às “lésbicas negras, pobres e trabalhadoras”, uma projeção de si e a busca em falar para suas iguais. Esse mesmo direcionamento pode ser observado já na primeira década dos anos 2000, em que é possível analisar as diferentes falas proferidas por ela na CMBH e na ALMG. A busca por integrar as pautas socialistas, trabalhistas e lésbicas é o que aparece de forma mais evidente nesses discursos, em que a

⁷ A ALEM participou de diversas reuniões também na ALMG. Foi possível, a partir de notas taquigráficas, ter acesso às falas realizadas por suas integrantes na casa legislativa estadual.

⁸ Segundo verbete disponível no *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Convergência Socialista foi uma “Organização política de orientação socialista criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo. Uma das correntes atuantes dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação deste em 1980 até sua expulsão do partido em 1992, deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).” Informação disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>. Último acesso: 05 nov. 2021.

militante defende uma união desses grupos sociais para a construção de uma luta conjunta.

O direcionamento de Soraya Menezes, que unifica essas diferentes pautas, se reverberou, portanto, na atuação da ALEM enquanto organização. Principalmente por não ser a única participante do grupo que estava em frentes sindicais e partidos de esquerda, é possível identificar, especialmente nos primeiros anos de ação da ONG, a partir das falas de outras integrantes do grupo, a mesma perspectiva de defesa do entrelaçamento entre pautas trabalhistas, socialistas, feministas, negras e de diversidade sexual.

Ao analisar o contexto de surgimento deste movimento social, é possível compreender alguns dos principais objetivos do grupo: garantia de direitos e de visibilidade para as lésbicas mineiras. Com a criação da ALEM, buscou-se inserir essas mulheres no debate público, realizando reuniões em instituições do Estado, organização de Paradas do Orgulho GLBT e de Caminhadas de Visibilidade Lésbica e Bissexual, proposição de medidas de combate à lesbofobia, oferecimento de oficinas de autoconhecimento e de formação política do grupo e, ainda, assessoramento jurídico para este segmento. A leitura de trecho do estatuto da ALEM permite apontar as finalidades da organização e o enfoque nas dimensões voltadas para as lesbianidades:

Associação Lésbica de Minas, enquanto instituição social e política, é constituída para fins de coordenação, estudo, proteção, luta, reivindicação e representação legal das lésbicas na base territorial de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais, atuando no sentido de articular e expressar o conjunto de reivindicações deste segmento social, visando a melhoria das condições de vida de suas representadas, a defesa da liberdade e cidadania das lésbicas e fortalecimento da participação democrática em igualdade de condições com outros setores da sociedade brasileira, a nível Municipal, Estadual e Federal (Estatuto da ALEM *apud* MACHADO, 2007, p.118).

A busca por cidadania e igualdade para este segmento social era, portanto, fundamental para a ONG e elas poderiam ser conquistadas, em partes, com a mobilização junto a legisladoras/es dispostas/os a pautar o tema nas casas legislativas. Com isso, é possível perceber, a partir de meados de 2001, a presença constante da ALEM em reuniões especiais e audiências públicas voltadas para a discussão sobre diversidade sexual e de gênero. Junto a outras organizações da cidade (Clube Rainbow, CELLOS/MG, ASSTRAV, entre outras)⁹, este grupo ajudou a debater e a construir leis e

⁹ O Clube Rainbow de Serviços, o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG) e Associação das Transexuais, Travestis e Transgêneros do Estado de Minas (ASSTRAV)

políticas públicas de combate à homofobia, de apoio social e psicológico, e de assessoria jurídica a LGBTs. Por ser a entidade que organizou as sete primeiras Paradas em Belo Horizonte, a ALEM era vista como uma das principais lideranças no debate sobre o assunto e esteve presente em quase todas as reuniões organizadas na CMBH voltadas para a temática nos primeiros anos da década de 2000.

Para compreender os discursos proferidos na CMBH por integrantes da ALEM, é importante conhecer, portanto, o papel do grupo na organização das Paradas do Orgulho GLBT. Antes da consolidação da ONG, ocorrida em 1998, iniciou-se a busca por formação de um grupo que seria responsável por organizar o evento. Com esse objetivo, em 1997, foi criado o Grupo Lésbico e Simpatizante (GLS) por Soraya Menezes, entidade que antecedeu e que se transformou, posteriormente, na ALEM. Esta organização, segundo ela, se juntou a militantes gays da cidade, criou a Associação Mineira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (AMGLS) e organizou, em 1997, a Primeira Marcha do Orgulho Gay da capital mineira¹⁰ (MACHADO, 2007).

A participação deste grupo de mulheres na organização deste evento na cidade e sua conversão, em 1998, na ALEM, reverberou nos discursos que, ao longo dos pronunciamentos nas casas legislativas, remetiam à memória deste acontecimento. Nesse sentido, a todo momento, este tema era retomado, ressaltando a importância de o evento ter sido organizado principalmente por lésbicas. Para além disso, a ALEM esteve à frente do evento até 2004, o que também se refletiu nas falas que iremos analisar logo mais. Como muitas das reuniões com a participação da ONG na CMBH ocorreram na véspera das Paradas, este costuma ser o tema principal das falas de suas integrantes. É possível pensar, portanto, nestes pronunciamentos gravados pelo legislativo municipal, como “prévias” dos discursos que foram proferidos nos carros de som destes eventos. Daí a relevância dos registros para o estudo deste e de movimentos sociais correlatos.

são organizações GLBTs que surgiram em Belo Horizonte entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

¹⁰ Segundo Machado (2007, p.102 e 103), há divergências quanto ao nome e a formação do grupo que passou a se reunir a partir de 1997 no Sindicato dos Bancários. A versão apresentada por Itamar Santos é que o nome correto seria o AMGLS, resultado da junção do grupo gay GURI - Conscientização e Emancipação Homossexual - com o Grupo de Lésbicas e Simpatizantes (GLS). As integrantes da ALEM, por outro lado, afirmam que o GURI foi posterior ao Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS-MG) e que, portanto, este era o nome correto no período. Uma publicação do grupo de novembro de 1997, intitulada *Expressão GLS*, se refere ao grupo como Associação Mineira GLS.

Para além das Paradas, as Caminhadas da Visibilidade Lésbica e Bissexual também foram organizadas pela ALEM enquanto a ONG esteve em atividade (1998-2014). Foi, justamente, o objetivo de se dedicar a este evento o que motivou a transferência da coordenação da Parada para o grupo CELLOS/MG. As Caminhadas, que eram focadas nas vivências específicas de mulheres que se relacionavam com mulheres, passaram a acontecer a partir de 2005, em Belo Horizonte, e também são parte importante da trajetória da organização. O tema da (in)visibilidade de mulheres lésbicas é, provavelmente, o que perpassa toda a história dessas militâncias no Brasil desde a década de 1970. Embora o termo não fosse amplamente utilizado no início da mobilização política deste segmento, estava presente nas entrelinhas dos debates promovidos pelo GALF. Especialmente a partir dos anos 1990, ele passou a ser foco importante da luta das organizações lésbicas e, portanto, um dos temas principais discutidos também pela ALEM.

O tema ganhou relevância a partir da percepção de que as vivências afetivas e sexuais de mulheres lésbicas não eram consideradas pela sociedade. Para além disso, com o nascimento da mobilização política de homossexuais, muitas das organizações eram formadas majoritariamente por homens gays, o que, na percepção das militantes lésbicas, impedia o avanço de debates sobre o machismo e as especificidades das relações entre mulheres (CAMPOS, 2014). Logo, o “tornar-se visível” passou a ser pauta importante para dentro e para fora das organizações de homossexuais. Buscando, por meio da ocupação do debate e do espaço público, romper com o silenciamento dessas vivências e reafirmar a existência deste grupo social.

De certa forma, a tensão entre gays e lésbicas, oriunda dessas discussões nos movimentos sociais nacionais, pode ser percebida também nos eventos realizados na CMBH. Como questão fundamental a partir dos anos 1990 e que constitui uma das principais finalidades que levaram ao surgimento de diversas organizações lésbicas pelo país, a visibilidade se coloca como uma das principais razões para realização de eventos públicos, como as Paradas e as Caminhadas, e também reflete a relevância deste grupo social ocupar as instituições públicas, como a ALMG e a CMBH. Por isso, a compreensão do contexto das falas que serão analisadas na terceira parte deste artigo não pode ser feita sem considerar as tensões políticas envolvidas, a vinculação do movimento social com as militâncias nacionais e, obviamente, os objetivos específicos da ALEM, especialmente o

de participação dos debates públicos para conquista da cidadania, igualdade e visibilidade para as mulheres lésbicas em Minas Gerais.

Registros audiovisuais de eventos na CMBH: breve esboço sobre o acervo

A resolução nº 1.480/1990 da CMBH, atual Regimento Interno da casa, definiu em seu artigo nº 89: “As reuniões da Câmara e das comissões serão gravadas, sendo livre a audição das fitas respectivas, respeitadas as regras definidas pela Secretaria da Câmara”. Antes disso, entretanto, outros regimentos internos já tinham previsto tal regra, o que possibilitou a constituição do acervo de mais de 3600 fitas de gravação em áudio, em diferentes formatos (de 1970 a 2012)¹¹, além das gravações digitais que têm sido feitas na última década, em áudio e vídeo. Esta documentação se encontra sob guarda e acessível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), dentro do Fundo Câmara Municipal (DR) e, especificamente, na série “Registros Audiovisuais de Eventos Diversos” (DR.02.02.00).

Embora este acervo tenha começado a ser recolhido pelo APCBH há mais de uma década, as poucas informações presentes na descrição prévia das fitas e a falta de equipamentos capazes de fazer a leitura dos mesmos, tornou o acervo, por muito tempo, menos acessível, dificultando a busca de pesquisadoras/es por temas de interesse. Nos últimos anos, por outro lado, o início da digitalização das fitas eletromagnéticas e cassete tem possibilitado melhor descrição do acervo e facilitado o seu acesso¹². Com isso, tem sido possível conhecer os mais diferentes temas presentes nesta documentação.

Como o regimento interno prevê a gravação de todas as reuniões, é possível encontrar nestas fitas desde o registro das sessões plenárias até as homenagens. Todas as reuniões de comissões, audiências públicas, reuniões especiais, concessão de títulos e votação de projetos que acontecem na CMBH são, ou pelo menos deveriam ser, gravadas.

¹¹ O acervo “Registros Audiovisuais de Eventos Diversos” (DR.02.02.00) é composto por fitas de gravação em áudio de três formatos: fitas de rolo, eletromagnéticas e cassete. Recentemente, também começaram a fazer parte da série gravações nato digitais em áudio e vídeo. Para mais informações ver: APCBH, Inventário do acervo da Câmara Municipal no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008.

¹² Desde 2015, vem sendo realizado o trabalho de digitalização das fitas eletromagnéticas e cassete deste acervo no APCBH. Com isso, tem sido possível descrever melhor as gravações presentes nessas fitas e tornar o acervo mais acessível.

Além disso, também é possível encontrar registros audiovisuais de seminários, mesas de debates, entre outros eventos que ocorreram na instituição. Compreender a multiplicidade de temas que podem ser encontrados neste acervo é importante para que pesquisadoras/es interessadas/os passem a tratar esta documentação como fonte possível de estudos. É relevante como, por exemplo, problemas corriqueiros da história da cidade (enchentes, falta de moradia, violências, comércio irregular, educação, entre outros) aparecem em diversos momentos nas gravações das reuniões. É possível encontrar desde pronunciamentos de vereadoras/es na sessão plenária até sequências de reuniões inteiramente dedicadas a um assunto, como ocorre no caso das comissões parlamentares de inquérito (CPI).

Por outro lado, mapear tais gravações não é tarefa simples. É necessário compreender a natureza das gravações e optar por buscas nos tipos específicos de reuniões que podem ajudar na pesquisa. Se o interesse está relacionado à atuação de um/a vereador/a, é importante buscar suas falas para além das sessões plenárias, nas comissões as quais faz/fez parte, em homenagens convocadas por ela/ele, em audiências públicas relacionadas aos temas de interesse da/o parlamentar. Caso a pesquisa se relacione a algum evento ou tema da história da cidade como, por exemplo, “as enchentes da capital mineira na década de 1990”, pode ser interessante buscar as audiências públicas realizadas no período, ouvir às reuniões da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana¹³ e procurar sessões em que projetos de leis sobre o tema foram debatidos.

Independente do assunto que se deseja pesquisar, é importante pensar o registro audiovisual dos eventos na CMBH como uma fonte documental conectada a outras. Ou seja, é preciso entender que as gravações das reuniões são apenas parte da documentação produzida sobre aquele tema. Se um assunto foi gravado, é provável que ele também esteja presente em atas de reuniões, projetos de leis, documentos de comissões, requerimentos, fotografias, enfim, em diversos outros acervos produzidos pela casa legislativa que ajudam a compreender o contexto das falas proferidas nas reuniões. Por isso, tais gravações são documentos que complementam e se relacionam a outros. Ao descobrir uma fonte documental sobre determinado tema é provável que, buscando em

¹³ A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana é uma das atuais comissões permanentes da CMBH. A depender do período que se deseja pesquisar, a questão ambiental pode estar vinculada a uma comissão permanente com outro nome.

outros tipos documentais e subséries, seja possível encontrar outras novas. Para ilustrar tal situação, irei descrever os caminhos percorridos por mim na busca de documentos sobre a ALEM dentro do Fundo CMBH.

Quando realizei minha pesquisa sobre este movimento social, o meu foco principal era trabalhar com história oral, especialmente com as entrevistas realizadas com a Soraya Menezes. Ao dialogar com a minha entrevistada/colaboradora, descobri que ela havia participado de encontros na CMBH e que, provavelmente, haveria registros de sua passagem por lá. A partir desta informação, passei a buscar no Inventário do Fundo CMBH por palavras-chave (lésbica, gay, homossexual(is), diversidade, etc..) que poderiam levar a documentos sobre a temática. Com isso, encontrei na descrição prévia das fitas eletromagnéticas e na lista de projetos de leis alguns documentos que poderiam ser interessantes. Como um fio de novelo que vai se desenrolando, cheguei a seis reuniões onde há registros de que ALEM esteve presente. A leitura das atas foi importante nesse processo de delimitação das reuniões, trazendo informações básicas, como data, participantes e um resumo das falas que foram feitas. Como este acervo ainda não está devidamente descrito e não possui transcrição, o mapeamento das atas ajudou a filtrar o que poderia ser interessante ou não em relação às gravações.

A especificidade das gravações em áudio permite analisar para além do texto que é falado, auxilia na compreensão da forma como determinadas palavras foram usadas e da receptividade do discurso pelo público presente nos eventos. Aumento e diminuição da entonação da voz, pausas, interrupções e aplausos são elementos que não podem ser captados pela leitura de transcrições ou notas taquigráficas. Por isso, reafirmo a importância de, quando possível, ver/ouvir as gravações e não apenas ler o que foi dito nessas reuniões legislativas. O acervo por mim consultado não dispunha de imagens, mas, com certeza, traria ainda mais elementos importantes caso existissem arquivos em vídeo dessas reuniões.

Por fim, este acervo auxilia na compreensão dos contextos em que as falas estão inseridas. Foi possível identificar, por exemplo, as razões para algumas manifestações nos eventos, as percepções da ALEM sobre as políticas públicas direcionadas à população GLBT, o apoio a outros movimentos sociais, os termos utilizados para designar determinados grupos, a construção da memória da ONG quando ela ainda estava em atividade, denúncias de atos de discriminação por parte de agentes públicos. Enfim, uma

série de questões importantes que não estavam presentes nas entrevistas de história oral, em outros documentos da CMBH consultados ou em periódicos do período.

Conhecendo a especificidade desta fonte documental e cuidando para que a análise da mesma seja feita de forma criteriosa, como com quaisquer outros documentos, as gravações das reuniões legislativas podem se tornar um material excepcional de pesquisa para historiadoras/es. O importante, em todo caso, é ter um tema bem delimitado e buscar no acervo legislativo como um todo (documentos textuais, fotográficos e audiovisuais) para, dessa forma, constituir uma análise mais completa dessas gravações. Devido ao espaço que disponho para a escrita deste artigo, não será possível apresentar todos os caminhos e cotejar este acervo com outras fontes documentais. Também tive que optar por analisar falas de apenas duas reuniões em que a ALEM esteve presente. De toda forma, espero contribuir pelo menos um pouco com a divulgação deste acervo para que outras/os pesquisadoras/es possam desenvolver trabalhos mais completos sobre.

Participações da ALEM na CMBH: um estudo de caso

A aproximação entre os movimentos GLBTs de Belo Horizonte e a CMBH se deu, pelo que constatei com a análise das fontes, no início da década de 2000. Especialmente pela elaboração da Lei nº 8.176/01¹⁴, de autoria formal do vereador Leonardo Mattos, e que, segundo Soraya Menezes, teve seu texto construído pelo grupo GURI - Conscientização e Emancipação Homossexual¹⁵. Com o contato mais próximo entre vereadoras/es e lideranças GLBTs da cidade, iniciou-se, a partir de 2001, a participação destes grupos sociais em eventos promovidos na CMBH com o objetivo de discutir temas relacionados às homossexualidades. Em grande parte, os eventos ocorriam em meados de junho e julho, mais próximos ao dia 28 de junho, que já era internacionalmente definido como Dia do Orgulho Gay¹⁶. As datas escolhidas também se

¹⁴ A Lei, originária do Projeto de Lei nº 1.672/00, foi um marco importante para a cidade de Belo Horizonte. A sua ementa diz: “Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências”.

¹⁵ O Grupo GURI – Conscientização e Emancipação Homossexual – surgiu em Belo Horizonte no final dos anos 1990. Segundo Soraya Menezes, em entrevista de história oral concedida em 10/07/2020, o grupo foi o responsável por elaborar o texto do projeto de lei nº 1.672/00.

¹⁶ Em 28 de junho de 1969, aconteceu o que ficou conhecido como a “Revolta de Stonewall”, um conflito entre homossexuais e travestis e a polícia no Bar Stonewall em Nova York. Em homenagem ao dia, a data

relacionavam com a proximidade da Parada do Orgulho GLBT, integrando, portanto, uma série de eventos e comemorações importantes para este segmento social.

A duração total desses eventos, que ocorreram ao longo da primeira década dos anos 2000, impossibilita que façamos aqui uma análise completa de todos os elementos discursivos presentes nessas fontes documentais. O que desejo ressaltar, portanto, a partir de alguns fragmentos de falas de integrantes da ALEM, é a relevância destes documentos para a discussão sobre a história do movimento social. Especialmente a partir das falas de Soraya Menezes, é possível identificar traços da sua vinculação político-partidária e a busca por construir uma memória GLBT local e nacional que incluísse a participação das mulheres lésbicas. Para além disso, o tema da garantia de direitos e da igualdade perpassou quase todos os discursos proferidos e gravados pela CMBH no período.

Em 28 de junho de 2001, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou uma Audiência Pública com o objetivo de debater o seguinte tema: “Homossexualidade – Do preconceito à cidadania”¹⁷. O evento foi o primeiro, identificado entre as atas de reuniões e gravações, que contou com a presença da ALEM, representada pela presidente do grupo, Soraya Menezes. Para discutir a temática, foi composta uma mesa de debates com a presença de vereadoras/es, lideranças dos movimentos GLBTs, membros do Executivo municipal e do poder Judiciário.

Com quase três horas de duração, a audiência contou com falas de todas/os as/os integrantes da mesa e também do público que estava presente no plenário. O eixo principal da maioria dos discursos se relacionava com a importância da conquista de direitos para esta população, em especial sobre a defesa de leis que garantissem o combate à homofobia, e pela regulamentação da parceria civil registrada (PCR)¹⁸. Para além disso, algumas lideranças falaram da importância das conquistas advindas com o Mercado GLS¹⁹, das memórias dos movimentos GLBTs nacional e das violências sofridas por esta população.

ficou estabelecida como o “Dia do Orgulho Gay” e, atualmente, é denominado “Dia do Orgulho LGBTQIAP+”.

¹⁷ As informações foram obtidas a partir da gravação em áudio da reunião (DR.02.02.00-2266) e da sua ata (DR.01.01.04-040).

¹⁸ A Parceria Civil Registrada foi proposta a partir de um projeto de lei federal nº 1.151/95, de autoria da deputada Marta Suplicy.

¹⁹ É importante ressaltar que o tema do “Mercado GLS” gerava polêmica entre diferentes setores dos movimentos GLBTs. Para os segmentos mais vinculados às perspectivas socialistas, a exploração do

Neste evento, a fala da Soraya Menezes se voltou para uma série de temas: a apresentação da ALEM enquanto grupo e suas ações; a memória da militância homossexual do país, especialmente a do Grupo Somos (SP), e da organização da 1ª Marcha Gay em Belo Horizonte; a importância em integrar as lutas homossexuais com as pautas trabalhistas e socialistas; a dificuldade de aprovação da parceria civil registrada; e o embate dos movimentos GLBTs com setores religiosos. Cabe ressaltar, entretanto, que todos esses temas aparecem de forma misturada e que, caso a/o ouvinte/leitor/a desconheça o contexto de suas falas, é possível que não se compreenda todos os elementos que são levantados. Embora não seja possível, devido ao espaço, reproduzir aqui a transcrição de todo o seu discurso, gostaria de ressaltar alguns trechos que são importantes para analisar a trajetória da ALEM. Começaremos pelo início da sua fala:

Um bom dia a todos! Eu sou Soraya, da Associação Lésbica de Minas, coordenadora da Associação Lésbica de Minas e também da Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas do PSTU. Bom... antes de tá falando um pouco da história da Associação Lésbica de Minas, acho que é importante tá falando um pouquinho da situação de como que tá as organizações de gays e lésbicas do Brasil antes na década de 80 e como está agora. Bom... Na década de 80, no Primeiro Encontro de Gays, Lésbicas, Travestis e Bissexuais que aconteceu no Rio de Janeiro, eu acho que foi um marco no divisor de águas para a gente estar no movimento como ele está até hoje. Teve uma plenária, onde estava discutindo se gays, lésbicas e travestis iriam estar ajudando os Metalúrgicos do ABC Paulista, numa greve, aquela greve histórica de 80. Então houve um tumulto na plenária e foi votado que o movimento não iria. Perdeu por poucos votos, mas mesmo assim tiveram 50 gays e lésbicas e travestis que entraram na Vila Euclides apoiando o movimento e eles ficaram admirados, porque muitas pessoas do movimento disseram que eles iam ser apedrejados, porque eram peões, que eram operários, e, muito pelo contrário, eles foram aplaudidos de pé. E o resto do movimento foi fazer um piquenique. Então, existe hoje um movimento que acredita que a discriminação e o preconceito vão terminar e vai acabar quando a gente juntar com outros setores oprimidos: mulheres, negros, trabalhadores, assalariados. Porque se a gente não tiver uma unidade para tá lutando contra o preconceito, com certeza, não vai acontecer nada. E, tem uma outra parte do movimento, como a gente sabe, que é carnaval, que é... que não tem uma discussão. (...) Que eu acho que isso tem que ser um campo, porque quando a gente discute do movimento gay, lésbico estar nas lutas junto com outros setores, tem muita gente que fala: “Não, nós não vamos estar misturando política”. Mas não é... é a solidariedade que a gente tem que tá mostrando para o setor que é oprimido também. Gostaria de tá pegando um pouco da fala do juiz, de que “todos são iguais diante da lei”.²⁰ A gente vê, claramente, até as notícias mesmo nos mostram que não é algo que acontece. (...) E na cidadania, por exemplo, quando a gente discute de cidadania gay é um ponto bem complexo para nós. Por exemplo, como que a gente vai estar

chamado “pink money” criava uma falsa ideia de conquista de direitos. Para saber mais ver: FRANÇA, 2007.

²⁰ Neste trecho, Soraya Menezes faz referência à fala do Juiz Reinaldo Portanova que também integrou a mesa de debates desta reunião.

discutindo uma cidadania gay para um gay que é, por exemplo, um trabalhador? Que ele é desempregado e ele tem direito igual a todos? Além dele sofrer preconceito e discriminação, ele é oprimido, ele é explorado, então há uma diferenciação: todos os gays, todas as lésbicas, todos os travestis, sofrem preconceito e sofrem discriminação, mas alguns também sofrem a opressão, porque sofrem exploração.²¹

Este trecho inicial da fala da Soraya na audiência pública, embora possa parecer confuso para quem desconhece as discussões sobre a memória deste segmento, constitui um posicionamento em direção à sua vinculação política. O evento ao qual a fundadora da ALEM faz referência logo no início da fala é o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), em 1980. Nesse contexto, o debate sobre a participação do Grupo Somos (SP) em ações dos partidos de esquerda e na Greve do ABC Paulista, acabou por rachar este movimento social, o que levou, após um tempo, ao fim da organização. Tal debate se relaciona a perspectivas políticas diferentes dentro dos movimentos de homossexuais e travestis da época em relação à integração, ou não, com outros segmentos de lutas, como os partidos de esquerda e os sindicatos (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.107). Na visão da Soraya Menezes, enquanto socialista e militante ativa do PSTU e do movimento sindical, foi importante a participação de gays, lésbicas e travestis na Greve do ABC Paulista. Nas entrelinhas, ela manifesta, ainda, descontentamento com a parte do movimento social que “foi fazer um piquenique”.

Para não perder o foco deste artigo, não será possível fazer uma análise mais completa dos debates de memória presentes neste discurso e nem apontar as visões divergentes sobre este mesmo evento histórico. Interessa apenas ressaltar que tal narrativa está vinculada ao grupo político do qual Soraya Menezes fazia parte. Sem a pretensão de apontar “verdades” sobre tais acontecimentos, é relevante compreender que, por sua aproximação com a perspectiva marxista, Soraya demonstrava acreditar que a superação das desigualdades (socioeconômica, de gênero, de raça e de sexualidades) se daria a partir de uma luta conjunta em que o combate ao sistema econômico era fundamental. Nesse sentido, ela inicia seu discurso por uma narrativa histórica para introduzir o eixo principal da sua fala, delimitando a relevância de pensar a classe social quando se fala da

²¹ Transcrição da gravação de áudio do discurso de Soraya Menezes realizado em 28/06/2001 na CMBH. (DR.02.02.00-2266).

discriminação: “todos os gays, todas as lésbicas, todos os travestis”²², sofrem preconceito e sofrem discriminação, mas alguns também sofrem a opressão, porque sofrem exploração”.

Após remeter à memória dos movimentos homossexuais de São Paulo e demarcar sua posição a favor da integração das lutas, Soraya Menezes passou a falar um pouco das ações realizadas pela ALEM e tratou da memória da 1ª Marcha do Orgulho Gay de Belo Horizonte:

A primeira Marcha do Orgulho Gay foi puxada pelas lésbicas em 1998, onde não tinha quase ninguém, mas tivemos a grande presença de uma grande militância do PSTU, uma militância que também ajudou nessa Marcha, a qual nem ia acontecer porque tinha tão poucas pessoas lá... devia ter umas três ou quatro. Mas aí o partido segurou. E aí (...) o pessoal falou: “Soraya, essa marcha vai sair?”. Aí eu fiquei em dúvida, que só tinha umas trinta pessoas e eu falei: “A Marcha vai sair!”. E saiu. (...) Estamos aí agora na Quarta Marcha, maravilhosamente, porque existiu pessoas ali falando: “Não, nós vamos sair sim! Com três ou quatro...”. E estamos avançando.²³

A memória sobre a 1ª Marcha do Orgulho Gay é, talvez, um dos temas que mais aparece nas falas da fundadora da ALEM, tanto nos discursos realizados na CMBH, na primeira década dos anos 2000, quanto nas entrevistas de história oral que realizei com ela entre 2019 e 2021. Para Soraya Menezes, é motivo de orgulho que a capital mineira tenha sido a primeira cidade em que as mulheres lésbicas iniciaram a realização do evento. Além disso, é relevante que ela destaque também a importância do PSTU neste processo. Demonstra, mais uma vez, a indissociabilidade da sua ação enquanto liderança lésbica e como militante partidária. Tal perspectiva sobre a realização do evento, embora tenha recebido alguns questionamentos por parte de outros participantes, se tornou parte da memória LGBT local (MACHADO, 2007, p.116). De forma que, sempre que a trajetória das Paradas é retomada, diferentes militantes reforçam a importância de a iniciativa ter partido de mulheres lésbicas.

A relevância de marcar o protagonismo deste grupo social no principal evento do calendário LGBTQIAP+ se relaciona, ainda, com a busca por visibilidade. No contexto em que, nacionalmente, as mulheres se viam apagadas nos eventos mistos, era de extrema

²² Cabe ressaltar que, neste trecho, o uso do artigo masculino “o” para se referir a pessoas travestis tem relação com o contexto histórico. É comum que, neste período, mesmo militantes dos movimentos GLBTs não se referissem às mulheres travestis com artigos e pronomes femininos.

²³ Transcrição da gravação de áudio do discurso de Soraya Menezes realizado em 28/06/2001 na CMBH. (DR.02.02.00-2266).

importância que a ação das mesmas fosse ressaltada. Nesse sentido, é possível compreender o porquê de, sempre que perguntadas sobre o passado da militância lésbica em Belo Horizonte, este segmento reforçar como indispensável as suas ações na construção da 1ª Marcha do Orgulho Gay.

Se retomarmos o trecho do estatuto da ALEM que apresentamos na primeira parte do texto, encontraremos entre as suas finalidades as seguintes questões: “a defesa da liberdade e cidadania das lésbicas e fortalecimento da participação democrática em igualdade de condições com outros setores da sociedade brasileira” (Estatuto da ALEM apud MACHADO, 2007, p.118). Como parte desse propósito, a organização participou ativamente de reuniões com o poder público e buscou a aprovação de medidas legais que permitissem a conquista de igualdade e de cidadania. No período em que ocorreu a audiência pública na CMBH, duas pautas principais eram abordadas pelos movimentos GLBTs no que se referia a direitos: a conquista da parceria civil registrada e a criminalização da homofobia.

O primeiro tema esteve em alta por mais de uma década e foi amplamente debatido pelos movimentos sociais na expectativa de que o Projeto de Lei federal nº 1.151/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, fosse aprovado. Tal expectativa nunca se converteu em realidade e, apenas com o reconhecimento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, foi possível equiparar as uniões de casais homoafetivos com o casamento civil (COITINHO FILHO & RINALDI, 2018). A outra pauta teve destino semelhante. Até o momento, a nível nacional, não foi aprovada nenhuma norma legal que combatesse a LGBTfobia. O que houve, da mesma forma, foi uma decisão do STF que definiu a equiparação da mesma com o crime de racismo²⁴.

Ao escutarmos as falas das/os diferentes integrantes da mesa na audiência pública realizada na CMBH em 28/06/2001, é possível compreender a relevância desses dois temas no período. Todos os discursos se voltaram, de alguma forma, para essas questões. Principalmente porque figuravam entre os temas da reunião daquele dia. Cumprindo o propósito do Estatuto da ALEM, Soraya Menezes também abordou tais questões no final da sua fala:

²⁴ Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal formou maioria para equiparar o crime de LGBTfobia com o crime de racismo previsto na Lei nº 7.716/89.

Nós ficamos discutindo, por exemplo, a questão de cidadania, mas nós não queremos migalhas, por exemplo, o que a burguesia quer dar para a gente. A gente quer na totalidade. O juiz falou aí muito bem sobre a questão dos sem-terra, sobre a questão das mulheres, dos negros e nós não queremos simplesmente ficar pegando migalhas. Por exemplo, a lei é muito importante. Essa lei que foi votada agora em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, é importante sim, mas nós não podemos ficar simplesmente atrelados na lei. (...) Porque não adianta ter leis e mais leis se gays e lésbicas não tiverem cientes dessas leis. Por isso que é importante a organização de gays e lésbicas, é importante ter consciência dos seus direitos, porque senão a gente vai ter lei e, muitas vezes, a pessoa vai ser discriminada e não vai saber o que tem ali para protegê-la. Em relação, por exemplo, à parceria civil. (...) Várias pessoas dizem: “Olha, o casamento... (que o pessoal nem fala parceria)”²⁵ o casamento de gays e lésbicas é uma violência contra a sociedade”. Nós, da Associação Lésbica de Minas, sempre temos falado que a violência contra sociedade, por exemplo, é um salário mínimo de miséria, é o desemprego, é a fome, é o analfabetismo que assola. [Aplausos] Isso é a violência. Quando se discute de parceria civil, quando, na época foi implementado [o projeto de lei], houve muitas pessoas que distorciam essas coisas: “olha... mulher com mulher vai entrar na igreja, homem com homem... como é que vai ficar?”. Há falta de conhecimento. Por isso que eu acho um debate como esse muito importante, quando a gente fala para o conjunto da sociedade, para um conjunto de liderança, o quão importante é sermos respeitados.²⁶

No início do trecho, Soraya Menezes faz referência a duas leis municipais que tinham sido aprovadas nos últimos anos em duas cidades diferentes: Juiz de Fora (MG) e Belo Horizonte (MG)²⁷. Ambas penalizam a discriminação de homossexuais em lugares públicos e foram construídas pelos movimentos sociais. Com temática parecida, a lei nº 14.170 também foi aprovada a nível estadual, em 2002²⁸. Neste caso, houve participação ativa da ALEM na elaboração do texto. Destaca-se, nesta parte do discurso, a ponderação em relação à necessidade de dialogar com a sociedade sobre as normas legais. Ressaltando a relevância tanto do debate junto ao público GLBT quanto do debate social

²⁵ Na época, existia um debate sobre o uso do termo “casamento” para casais homoafetivos. Pelas discussões que estão gravadas no acervo da CMBH, é possível perceber que os movimentos sociais buscavam desvincular a união entre pessoas homoafetivas do termo “casamento”. Acreditava-se que o casamento era ligado ao contexto religioso. Por isso, defendia-se o uso do termo “parceria” ao invés de “casamento”.

²⁶ Transcrição da gravação de áudio do discurso de Soraya Menezes realizado em 28/06/2001 na CMBH. (DR.02.02.00-2266).

²⁷ Além da lei nº 8.176/01 de Belo Horizonte, já citada anteriormente, Soraya Menezes se refere também à lei nº 9.791, de 12 de maio de 2000, aprovada em Juiz de Fora (MG). A ementa desta última diz o seguinte: “Dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual”.

²⁸ A lei estadual nº 14.170/02, de autoria do deputado João Batista de Oliveira, possui a seguinte ementa: “Determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual”.

mais amplo, para que as pessoas pudessem conhecer melhor os objetivos das leis que estavam sendo propostas.

Na sequência do discurso, Soraya Menezes rebate o argumento de que a conquista da PCR significaria “uma violência contra a sociedade”. Voltando-se para o debate socioeconômico, ela diz: “a violência contra a sociedade, por exemplo, é um salário mínimo de miséria, é o desemprego, é a fome, é o analfabetismo que assola”. Mais uma vez observamos, portanto, a vinculação entre as pautas GLBTs e os direitos sociais e trabalhistas. Para além do texto falado, este trecho é um dos que melhor exemplifica a diferença entre ler a transcrição ou a nota taquigráfica e ouvir o discurso: ao escutar a gravação da fala, é possível observar o crescimento da entonação de voz da Soraya Menezes, o aumento da comoção do seu discurso até culminar, no final desta parte, com os aplausos do público que estava presente no plenário. Mesmo com a ausência de imagens registrando a cena, é possível perceber, com a escuta do áudio, o aumento da empolgação. Observam-se, portanto, as nuances da construção do discurso feita por uma líder política experiente que, ao começar a se encaminhar para o fim da sua participação, busca aumentar a comoção do público e causar impacto no uso das palavras. Com isso, ela ironiza que uma sociedade marcada por desigualdades sociais veja como violenta a possibilidade de casais homoafetivos regularizarem suas uniões e recebe, pelo menos de parte do público presente, o apoio a este posicionamento.

Em 08 de julho de 2005, véspera da 1ª Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes e dois dias antes da realização da 8ª Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte, houve uma mesa de debates no Plenário Juscelino Kubitschek da CMBH voltada para a discussão sobre as lesbianidades. Mais uma vez, a ALEM esteve presente, realizou falas na tentativa de divulgar as ações da organização e relacionadas, especificamente, com a questão da visibilidade, tema principal da Caminhada que estava sendo organizada por elas. Tratando da temática, Josiane Mota (integrante da ALEM) fez um longo discurso argumentando das diferenças de visibilidade entre lésbicas e gays, e da importância da pauta para o segmento ao qual ela fazia parte:

(...) Eu penso que a visibilidade tá colocada sim, mas de uma maneira desigual. Nós não podemos afirmar categoricamente que se processa de maneira igual para gays e lésbicas. As lésbicas ainda não tão vivendo essa visibilidade. Porque, se a gente caracteriza que essa visibilidade se dá da maneira como foi colocado, nós estaremos equivocados e a nossa política para o movimento de lésbicas vai ser equivocada. E aí vai ser uma perda muito grande daquilo que

a gente quer construir, que é a verdadeira visibilidade. Porque que eu tô dizendo isso? Primeiro: a questão da saúde. Já foi colocado, a lésbica quando ela se identifica para o ginecologista, normalmente, o que a gente percebe é que ela não é atendida, “porque lésbica não contrai DST”. Isso é um mito, é uma mentira, uma falácia. É porque os profissionais da área da saúde não estão capacitados pra lidar, pra trabalhar com esse público, ou seja, com a lésbica. (...) Então não existe uma política de prevenção direcionada para a lésbica. Isso é uma verdade. Porque tudo isso? Invisibilidade. Ela não existe para a sociedade de uma maneira geral. E outra questão que eu coloco é a questão da família. A garota, a mulher, que se coloca lésbica, que vivencia a sua lesbianidade dentro da família, que se assume, ela sofre as piores violências: física, psicológica. Ontem mesmo a gente tava com um caso, a Soraya já citou, de uma menina que tá dormindo na Praça Sete, de 21 anos. Porque assumiu, arrumou uma namorada e que foi colocada no olho da rua. Porque a mãe dela falou que tava com nojo dela. Isso é um caso, são vários outros que a gente tem que lidar no dia a dia. Porque? Invisibilidade. Ela tem que ser invisível pra se proteger da família. Ou seja, do pai, da mãe, dos irmãos, da tia, da avó, do gato, do cachorro. E também da sociedade de uma maneira geral. Ela não pode viver com dignidade a sua sexualidade por conta disso, de todo o preconceito que permeia o núcleo familiar, a sociedade. No mercado de trabalho, se desconfiam que ela é lésbica, já começa as piadinhas. (...) Então ela não tem visibilidade na família, ela não pode se colocar como lésbica no emprego. Então é muito importante a gente ter isso muito claro, porque a nossa luta, ainda que ela esteja colocada durante as Paradas, a questão da visibilidade, ela não tá resolvida. Ela é árdua, ela é dolorosa e ela ainda vai demorar um pouco. Prova disso é que amanhã a gente tá chamando a 1ª Caminhada de Lésbicas pra a gente ver em que pé que está essa coragem dessas mulheres de se colocarem, de vivenciarem suas lesbianidades. E pra nós vai servir como termômetro de tudo que temos feito para favorecer a visibilidade.²⁹

O discurso construído por Josiane Mota traz alguns elementos importantes de integração das perspectivas da ALEM com a militância lésbica nacional. É relevante como, a partir do levantamento de alguns exemplos (relacionados à saúde, família e trabalho), ela coloca a invisibilidade como eixo principal de muitos dos problemas vivenciados por essas mulheres. Para elucidar como este segmento social ainda é invisível se comparado a outros, ela começa discorrendo sobre o “mito” de que “lésbicas não contraem DSTs”. Tal pauta era recorrente dos debates realizados pelos movimentos lésbicos desde os anos 1990. Especialmente nos SENALES, que contavam com verbas do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde, buscou-se, durante décadas, construir políticas públicas de saúde voltadas para este grupo social (CAMPOS, 2014).

Na sequência, ela se utiliza de uma situação concreta para exemplificar o problema do “assumir a sexualidade” para a família: “Ela [a mulher lésbica] tem que ser

²⁹ Transcrição da gravação de áudio do discurso de Josiane Mota realizado em 08/07/2005 na CMBH. (DR.02.02.00-2760).

invisível pra se proteger”. Os problemas advindos das relações familiares e de trabalho para as pessoas que se assumiam enquanto GLBTs também foram amplamente discutidos, não só pelas integrantes da ALEM, mas por diferentes participantes que, ao longo dos anos, estiveram em reuniões na CMBH. A especificidade desta fala da Josiane Mota se relaciona com outros discursos que foram elaborados nesse dia, em que houve comemoração pelo aumento da visibilidade GLBT a partir do sucesso das Paradas. Sua fala se conecta com a discussão, que vinha ocorrendo na ALEM e que acabou por determinar a decisão pela criação da Caminhada, de que a visibilidade nos eventos mistos, especialmente nas Paradas, ainda era muito baixa para as mulheres lésbicas. Faltava espaço de fala para este segmento e de discussão das lesbianidades. Por isso, Josiane Mota abre este trecho do seu discurso argumentando que “a visibilidade tá colocada sim, mas de uma maneira desigual”.

É importante compreender, portanto, que a fala da integrante da ALEM acontece em um contexto em que a Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte já tinha se tornado um grande evento e que atraía dezenas de milhares de pessoas. Nesse sentido, os movimentos sociais presentes na CMBH naquele dia estavam debatendo como, a partir daquele momento, poderiam ampliar a visibilidade de suas pautas para além do evento. No caso da ALEM, interessava focar as suas ações para a visibilidade específica das vivências lésbicas. A realização da 1ª Caminhada seria, portanto, um momento de avaliação dessas questões, de busca por aumentar os espaços de discussão sobre o tema.

Com o desenvolvimento do debate na CMBH, surgiu, novamente, a discussão sobre a integração, ou não, dos movimentos GLBTs com outras lutas sociais. Como pauta que fazia parte das discussões desde os movimentos homossexuais da década de 1970, surgiram opiniões divergentes sobre o tema. De um lado, havia a preocupação de que os movimentos GLBTs fossem cooptados por partidos de esquerda, governos e sindicatos; do outro, havia a compreensão de que não se podia debater sobre cidadania e conquista de direitos sem pensar de forma ampla e correlacionada com a luta de outros movimentos sociais. Sobre o tema e em resposta a um militante presente na reunião que se posicionava contra a participação das organizações GLBTs nos protestos de outros segmentos, Josiane Mota pediu novamente a palavra e discorreu sobre a posição da ALEM em relação ao assunto:

O que eu gostaria de falar, um pouco sobre essa questão que foi colocada, do movimento social, do movimento GLBT, GLBTS, que é o seguinte... Eu não consigo ver as coisas muito separadas e, ao mesmo tempo, ignorar as especificidades. Por exemplo, aqui em Beagá a gente tem uma experiência. Quem vai pra Praça Sete e organiza atos contra violência contra a mulher, somos nós. Greve dos professores, quem vai lá dar a cara, apanhar da polícia junto com os professores, somos nós. Quem faz os cartazes, as faixas de protestos, somos nós. Nós somos linhas de frente desse movimento. E isso não tira de nós a nossa especificidade. Nós ‘tamos’ num país que não existe “outras bandeiras” do “outro movimento”, o desemprego é uma bandeira que todos nós devemos levantar, contra o desemprego. Porque existe um desemprego maciço no Brasil. E tem muito gay, muita lésbica desempregada. Essa é a realidade nossa aqui de Beagá. Na ALEM, por exemplo, a maioria são mulheres negras. E não dá pra gente sair, por exemplo... Amanhã, na nossa passeata, nós vamos fazer um protesto contra a corrupção, porque é dinheiro que tá saindo pro bolso da elite política e da elite empresarial que tá faltando na escola pública. Onde o negro, onde a lésbica e o gay tá excluído. (...) Não dá pra ignorar esse tipo de coisa que tá acontecendo no nosso país e dizer que são bandeiras de outros movimentos, que vez ou outra podem ser anexadas ao nosso movimento. É tudo junto, não tem problema. A nossa campanha pela visibilidade, tá lá: “Visibilidade! Nós estamos aqui, mas nós queremos emprego, nós queremos saúde, nós queremos escola de qualidade pra todo mundo”. Nós não podemos ignorar e fazer de conta que não é bandeira nossa. Porque são cidadãos e cidadãs que vivem num país corrupto, de exclusão, cuja maioria da população é negra e que vivem ainda como escravos, só que com meios mais sofisticados. São meios sofisticados de escravidão que nós vivemos hoje, né? Qualificados. E nós não podemos dizer que o movimento GLBT não vai incorporar essas bandeiras porque tem suas especificidades. Nós não vamos perder a nossa identidade por erguer outras bandeiras. Nós somos trabalhadores, negros, sim! E nós não podemos ignorar isso. (...) Então eu acho que é importante a gente continuar fazendo essa discussão dentro do movimento e rever essas posições com relação a essas bandeiras sociais. De fazer essa separação. Essa dicotomia, eu acho que ela não pode existir.³⁰

Pela fala elaborada por Josiane Mota, é possível perceber que, para além da Soraya Menezes, outras integrantes da ALEM também estavam vinculadas a diferentes lutas sociais. Tal vinculação era característica da Organização. Ao narrar sobre a conexão com outros movimentos sociais, a militante afirma que elas eram parte da “linha de frente” de diversos protestos e que, assim como ponderou Soraya Menezes na audiência pública em 28/06/2001, não era possível separar as “bandeiras de luta”, pois, o direito ao emprego, à educação e à saúde de qualidade deveriam ser pautas de todas as organizações GLBTs. Nesta fala, destacam-se as questões raciais e socioeconômicas. Pela ALEM ser composta, segundo ela, em sua maioria por mulheres negras, não seria possível dissociar o debate sobre lesbianidades da questão social e racial. Para ela, o fato de se unir a outras mobilizações não significaria abrir mão da especificidade de suas identidades.

³⁰ Transcrição da gravação de áudio do discurso de Josiane Mota realizado em 08/07/2005 na CMBH. (DR.02.02.00-2760).

A apresentação das transcrições das falas de Soraya Menezes e Josiane Mota em reuniões da CMBH, embora representem trechos muito pequenos dos debates ocorridos nos eventos, teve como objetivo elucidar e analisar algumas das pautas da ALEM a partir deste acervo documental. Pensadas no contexto em que os movimentos GLBTs de Belo Horizonte começavam a se fortalecer, é relevante que esta organização tenha participado ativamente da construção do debate sobre lesbianidades nas esferas públicas. O fato de terem conquistado espaço para realizar mesa de debates específica sobre as vivências homoafetivas das mulheres, em período em que a resistência a tal temática era grande, também revela a capacidade de articulação do movimento social junto à casa legislativa.

Cabe ressaltar, ainda, que só foi possível analisar alguns poucos aspectos desses discursos e que debates importantes não foram tratados neste artigo. Há tensões e divergências nesses eventos que, por causa da opção por trazer apenas as falas da ALEM, não puderam ser elucidadas. Fica, portanto, o convite a pesquisadoras/es da área para que explorem este acervo e tragam novas perspectivas sobre os debates dos movimentos GLBTs ocorridos na CMBH. Especialmente no campo das construções de memória, há diferentes narrativas que foram mobilizadas ao longo das reuniões. Uma análise mais completa deste acervo permitiria, dessa forma, localizar melhor esses pontos de discordância entre os movimentos sociais.

Por fim, a trajetória da ALEM e a construção dos seus discursos poderiam ser melhor analisadas se incluíssemos também o cotejamento com outras fontes documentais. Neste artigo, optei por focar apenas nas gravações das reuniões da CMBH para mostrar a riqueza deste acervo. Assumo, com isso, a problemática de não confrontar diferentes documentos, mas reitero a intenção de, mais do que narrar fatos e acontecimentos, historicizar estes discursos, apontando a correlação dos mesmos com visões políticas da época. É relevante que se compreenda, portanto, que, embora não tenha sido uma organização longa, a ALEM levantou pautas importantes para o debate dos movimentos GLBTs, participou ativamente da construção da memória sobre este segmento na capital mineira e auxiliou na criação de políticas públicas para esta população.

Considerações finais

Ao longo deste texto, tentei apresentar algumas possibilidades de pesquisa que o acervo de Registros Audiovisuais de Eventos Diversos (DR.02.02.00) da CMBH oferece. Partindo das falas da de militantes ALEM, apontei como a casa legislativa municipal serviu de espaço para debates das mais diferentes naturezas. Entre elas, as pautas políticas relacionadas às lesbianidades. Como local em que foram realizadas e gravadas audiências públicas, reuniões especiais, seminários e mesas de debates, a CMBH produziu, ao longo das últimas décadas, uma série de documentos que, se forem devidamente explorados, oferecem inúmeras possibilidades de pesquisas. Ao trabalhar com os discursos das militâncias lésbicas, e não com os que foram proferidos por vereadoras/es, por exemplo, busquei demonstrar que o acervo aponta para atuações que vão além dos seus membros oficiais, possibilitam conhecer a trajetória de diferentes líderes políticas/os da cidade.

Cabe a pesquisadoras/es interessadas/os nesta e em outras temáticas, buscar por reuniões e eventos em que os seus objetos de estudo foram pautados. Com isso, será possível construir trabalhos sobre meio ambiente, cultura, educação, saúde, direitos humanos, entre vários outros temas, que tratem sobre a história da cidade, utilizando os acervos legislativos municipais. Para além disso, será possível integrar os diferentes tipos documentais produzidos pela CMBH, e por outros locais, e construir um estudo complexo sobre temas diversos da capital mineira.

Como ressaltado anteriormente, algumas escolhas foram feitas para tornar este artigo viável. Entre elas, a opção por analisar os discursos de trechos de entrevista de história oral e de duas reuniões ocorridas na CMBH em que a ALEM esteve presente. Reforço, entretanto, que, mesmo dentro desta temática, há múltiplas possibilidades e caminhos. Há, inclusive, análises que serão divergentes da leitura que fiz destas fontes documentais. Na minha perspectiva, decidi ressaltar algumas pautas específicas da ONG e analisar a conexão destas com o contexto histórico e político. Para outras/os pesquisadoras/es pode ser importante elucidar outras dimensões dos discursos proferidos nestes mesmos eventos. De qualquer forma, o ponto central deste artigo foi apontar a existência de inúmeras possibilidades de estudos para este acervo e demonstrar que a

especificidade do mesmo o torna diferente de outros documentos que também são produzidos no contexto das reuniões.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE BELO HORIZONTE. *Inventário do acervo da Câmara Municipal no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: 1947-2005*, Belo Horizonte, 2008.
- CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001*. Dissertação (Mestrado). Políticas Públicas e Formação Humana. UERJ, Rio de Janeiro, 2014.
- COITINHO FILHO, Ricardo Andrade; RINALDI, Alessandra de Andrade. O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva”: onde os direitos e as moralidades se cruzam. *Civitas*. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-42, jan.-abr. 2018.
- FACCHINI, Regina. “*Sopa de Letrinhas*”? *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) Antropologia Social. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- FRANÇA, Isadora. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, v. 28, p. 289-311, 2007.
- MACHADO, Frederico. *Muito além do arco-íris*. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado. Dissertação (Mestrado). Psicologia Social, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- MENEZES, Soraya. *Entrevista pública de história oral sobre a ALEM*. Entrevistador: Maria Ferraz [24 set. 2019], Belo Horizonte, 30 minutos e 44 segundos de duração, 6 páginas de transcrição.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Fontes documentais

- Ata da terceira reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, na primeira sessão legislativa. Fundo Câmara Municipal, 28/01/2001. Notação: CMBH/APCBH//DR.01.01.04-040.
- Plenário Amyntas de Barros: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor – Homossexualidade. Fundo Câmara Municipal, 28/01/2001. Notação: CMBH/APCBH//DR.02.02.00-2266.
- Plenário Juscelino Kubitschek: Discussão de propostas dos gays, lésbicas e transexuais. Fundo Câmara Municipal, 08/07/2005. Notação: CMBH/APCBH//DR.02.02.00-2760.